

previsto nos n.ºs 2, 3 e 5 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, produzindo efeitos a 26 de Outubro de 2007.

5 de Novembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos*.

2611064246

Aviso n.º 22 808/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, ao abrigo das disposições legais constantes na alínea *b*) do artigo 384.º e nos artigos 393.º e 395.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, que aprovou o Código do Trabalho, foi feito cessar por mútuo acordo no dia 31 de Outubro de 2007 o contrato de trabalho a termo resolutivo certo celebrado entre o município de Leiria e o técnico superior de *design* de 2.ª classe Dr. João Paulo Morgadinho Santos, com efeitos a 1 de Novembro de 2007, inclusive.

6 de Novembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos Costa*.

2611064380

Aviso n.º 22 809/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 31 de Outubro do ano em curso, foi deferido o pedido de licença sem vencimento por 90 dias, concedida ao abrigo do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, apresentado pela assistente administrativa especialista Licínia Maria Antunes Costa Duarte, com efeitos a 2 de Novembro de 2007.

6 de Novembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos*.

2611064379

Aviso n.º 22 810/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 28 de Setembro do ano em curso, deferi o pedido de exoneração de Rui Miguel Rodrigues Gonçalves, fiel de mercados e feiras do quadro de pessoal desta autarquia, com efeitos a 27 de Setembro de 2007, inclusive, ao abrigo do disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

6 de Novembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos*.

2611064373

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**Aviso n.º 22 811/2007****Abertura de período de discussão pública**

1 — Nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, faz-se público que, a requerimento de Cais de Santarém — Promoção e Gestão Imobiliária, L.^{da}, com sede na Rua do Embaixador Teixeira de Sampaio, 10, 2.º, Prazeres, 1350 Lisboa, se encontra aberto a partir do 8.º dia a contar da presente publicação, e pelo prazo de 15 dias, o período de discussão pública para aprovação do pedido de licenciamento da operação de loteamento/emparcelamento a levar a efeito nos prédios urbanos sitos na Rua do Cais de Santarém, 40-64, Arco de Jesus, 2-10, Rua de São João da Praça, 59-63, Travessa de São João da Praça, 23-29, e descritos na 1.ª Conservatória do Registo Predial sob a matriz predial urbana com os artigos 89, 122, 123, 129 e 152, pertencentes à freguesia da Sé, durante o qual os interessados poderão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões.

2 — Durante este período, os interessados poderão consultar o projecto de loteamento, bem como a informação técnica elaborada pelos serviços municipais competentes, devendo dirigir-se à Divisão de Administração, Relações Públicas e Apreciação Liminar (Gabinete de Relações Públicas) da Direcção Municipal de Gestão Urbanística, Edifício CML, Campo Grande, 25, 3.º, F.

3 — Os interessados deverão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões em ofício devidamente identificado, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, podendo utilizar para o efeito impresso próprio que pode ser obtido nos locais acima referidos.

30 de Outubro de 2007. — O Vereador do Pelouro do Urbanismo, *Manuel Salgado*.

2611064244

CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**Aviso n.º 22 812/2007****Reclassificações profissionais**

José António da Costa Tomé, vereador em regime de permanência, responsável pela direcção e gestão dos recursos humanos, torna público, no uso das competências delegadas pelo presidente da Câmara em 28 de Outubro e em 10 de Novembro de 2005, ao abrigo dos artigos 68.º e 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, que, por despacho emitido pelo presidente da Câmara em 4 de Outubro de 2007, se procedeu à reclassificação profissional, ao abrigo das alíneas *e*) e *d*) do artigo 2.º e do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, dos seguintes funcionários:

Maria Albina Dias Ribeiro Alexandre, auxiliar administrativa, escalão 2, índice 137 — como telefonista, escalão 2, índice 142.

Sara Margarida dos Santos de Oliveira Ferreira, escalão 1, índice 199 — como técnico superior de recursos humanos de 2.ª classe, escalão 1, índice 400.

Andreia Machado Santos, engenheira técnica civil de 2.ª classe, escalão 1, índice 295 — como técnica superior de engenharia civil de 2.ª classe, escalão 1, índice 400.

Sandra Luís Filipe, técnica de biotecnologia de 2.ª classe, escalão 1, índice 295 — como técnica superior de ambiente de 2.ª classe, escalão 1, índice 400.

Eduardo José Rodrigues da Silva, motorista de pesados, escalão 2, índice 160 — como condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, escalão 2, índice 165.

José Gomes Cipriano, motorista de pesados, escalão 1, índice 151 — como condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, escalão 1, índice 155.

Alexandre Henriques Jorge da Silva Bernardino, motorista de pesados, escalão 1, índice 151 — como condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, escalão 1, índice 155.

João Manuel Pedro Pinto, jardineiro principal, escalão 1, índice 204 — como motorista de transportes colectivos, escalão 4, índice 214.

Dulce Maria Henriques Ramos, auxiliar de serviços gerais, escalão 1, índice 128 — como auxiliar administrativa, escalão 1, índice 128.

Maria Adelaide de Jesus Rodrigues Pedro, auxiliar de serviços gerais, escalão 6, índice 184 — como auxiliar administrativa, escalão 6, índice 184.

Alzira da Anunciação da Costa Pereira Franco, auxiliar de serviços gerais, escalão 1, índice 128 — como auxiliar de acção educativa, nível 1, escalão 1, índice 142.

Rute Isabel Henriques dos Santos, auxiliar administrativa, escalão 1, índice 128 — como assistente administrativa, escalão índice 199.

Os candidatas são dispensados da nomeação em comissão de serviço extraordinária pelo período de seis meses e pelo período legalmente fixado para o estágio para ingresso na carreira técnica superior por informação favorável de 25 de Novembro de 2005, conforme o n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

Os candidatos dispõem de 20 dias a contar da presente publicação no *Diário da República* para se apresentarem a tomar posse. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas, nos termos da disposto no n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto).

9 de Novembro de 2007. — O Vereador Responsável pela DJRH, *José António da Costa Tomé*.

2611064241

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO**Aviso n.º 22 813/2007****Concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de operário altamente qualificado principal, serralheiro mecânico**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho da presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo de 8 de Novembro de 2007, foi nomeado para o lugar de operário altamente qualificado principal, serralheiro mecânico, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 165, de 28 de Agosto de 2007, o candidato único aprovado José Manuel Rodrigues Patrício, conforme lista de classificação final homologada pela presidente da Câmara Municipal em 7 de Novembro de 2007.